

Ex-governador processa sindicatos

O candidato da Frente Comunitária ao Palácio do Buriti, Joaquim Roriz, deu entrada ontem na Justiça, através de seu advogado Aidano Faria, com processo de queixa-crime contra oito sindicatos da área médica, dois de seus conselhos regionais, a Associação Médica de Brasília e a Central Única dos Trabalhadores. A medida tem por objetivo, informou Aidano, enquadrar os presidentes destas entidades nos crimes de difamação e injúria previstos na Lei de Imprensa e no Código Penal; por terem veiculado em duas estações de TV — em abril deste ano — peça publicitária “mentirosa, acusando o ex-governador do DF de ser o causador do caos existente no setor de saúde”, disse.

Segundo Aidano Faria, esta ação corre paralela a que o ex-governador deu entrada há dois

meses atrás na Justiça reivindicando das entidades citadas o direito de resposta previsto na Lei de Imprensa. Ontem, o primeiro resultado concreto desta ação ocorreu com a citação da firma Forum Propaganda — empresa elaboradora do **clip** — para em 48 horas, no máximo, veicular peça publicitária, já pronta, onde o ex-governador se defende das acusações durante o tempo mínimo que a Lei lhe faculta — um minuto.

“Esta causa já está ganha”, asinalou ontem o advogado, frisando que resposta do Sindicato dos Médicos e do Hospital de Base de Brasília ao pedido extrajudicial de explicações sobre a peça publicitária dos sindicatos “incrimina claramente seus responsáveis”. “Nestes dois documentos fica claro os ataques tendenciosos feitos pelos sindicalistas a Joaquim Roriz e a

quebra do Código de Ética Médica para a realização do **clip**”, acentuou.

A intenção de Roriz, entretanto, não é a de ficar só no âmbito judicial da questão, revelou Aidano. “Através destes processos Joaquim Roriz realizará um amplo debate sobre a questão da saúde em Brasília e para isso, legalmente, pede para que sirvam de testemunha no processo de queixa-crime, entre outros, o próprio ministro da Saúde, Alceni Guerra, e o secretário de Saúde do GDF, Richelieu Filho”.

As medidas judiciais, acrescentou Aidano, visam a “preservar a imagem pública” de Joaquim Roriz e a atender um direito que a Lei lhe garante, impedindo-o de ser “atacado em sua honra, justo quando é o candidato mais cotado às eleições para o GDF”. (Malu Pires)